



# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes  
(Organizadora)



# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes  
(Organizadora)

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em  
história 5

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremona  
**Correção:** Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Aline Ferreira Antunes

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na  
pesquisa em história 5 / Organizadora Aline Ferreira  
Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-121-0

DOI 10.22533/at.ed.210212605

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II.  
Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Esta é mais uma obra organizada pela Atena Editora para 2021, focando nas teorias e metodologias da pesquisa historiográfica em várias regiões do Brasil. O livro “Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História”, volume 5, começa com artigos da região norte e nordeste do Brasil trazendo abordagens acerca das paisagens fluviais do rio Cocó, em Fortaleza, o educandário de Manaus-AM e também estudos sobre o tambor da mata no Maranhão.

Nesta obra você também encontra para leitura capítulos a respeito das relações raciais no ensino de história, um capítulo dedicado à revista Nova escola, dentre outros. Para além dos temas de ensino e metodologias, há também capítulos dedicados à pesquisa historiográfica com diversas fontes, seja por meio de periódicos, de memórias individuais e/ou coletivas, sobre os mais diversos temas: ditadura civil militar, estudos sobre a morte e utilização de mídias alternativas.

Em um momento de cortes de bolsas de pesquisas e de descrédito em relação à ciência brasileira, torna-se cada vez mais importante defender obras que divulguem pesquisas de qualidade desenvolvidas em várias regiões do Brasil. Muitos capítulos aqui publicados são frutos de longos anos de árduas pesquisas, muitas vezes financiadas por órgãos de fomento.

Espero que além de contribuir com pesquisas em andamento nas universidades, esta obra possa também ser incentivo para historiadoras e historiadores, que sejam pontos de diálogo e de construção do conhecimento histórico.

Boa leitura,

Aline Ferreira Antunes

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AS TRANSMUTAÇÕES DA PAISAGEM DO RIO COCÓ Germana de Lima Girão Andrade Simone Menezes Mendes DOI 10.22533/at.ed.2102126051	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
HISTÓRIA DO EDUCANDÁRIO GUSTAVO CAPANEMA EM MANAUS DE 1942 A 1950 Adriana Brito Barata Cabral DOI 10.22533/at.ed.2102126052	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
TERECÔ, TAMBOR DA MATA, MATA ZOMBANA: LITERATURA ANTROPOLÓGICA E AGENCIAMENTO NAS TRAMAS DA ENCANTARIA MARANHENSE Victor Hugo Basilio Nunes DOI 10.22533/at.ed.2102126053	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA Edenar Souza Monteiro Maria de Lourdes Fanaia Castrillon DOI 10.22533/at.ed.2102126054	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
AS PROPOSTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE TEMAS SENSÍVEIS NO SUPORTE VIRTUAL DA REVISTA NOVA ESCOLA Márcia Elisa Teté Ramos DOI 10.22533/at.ed.2102126055	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>57</b>
A ARTE EM AMÉRICA INDÍGENA: ÓRGANO TRIMESTRAL DEL INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO (1941-1960) Natally Vieira Dias Bruna Nunes de Souza DOI 10.22533/at.ed.2102126056	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>68</b>
AS RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO Cláudia Sousa Oriente de Faria DOI 10.22533/at.ed.2102126057	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>80</b>
A ESPERANÇA REPUBLICANA: ARTISTAS, OPERÁRIOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS EM PERNAMBUCO (1875-1904) Flávia Ribeiro Braga DOI 10.22533/at.ed.2102126058	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>95</b>
A DOCTRINA DA ESCOLA IBÉRICA DA PAZ E O DIREITO DE CONVERTER E SER CONVERTIDO	
Adelmo José da Silva Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2102126059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>108</b>
USOS POLÍTICOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE DILMA ROUSSEFF (2011-2016)	
Júlia Bolognini Klassmann	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21021260510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>119</b>
PROFESSORA ELZA VIANNA: A PRIMEIRA DOCENTE NEGRA DE NATIVIDADE-RJ	
Márcia Aparecida de Souza	
Henrique Cunha Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21021260511</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>128</b>
VIDA PÓS-MORTE NO CORPO SEM VIDA: TÉCNICAS DE EMBALSAMAMENTO E PRÁTICAS RELIGIOSAS	
Eduardo Mangolim Brandani da Silva	
Christian Fausto Moraes dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21021260512</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>147</b>
A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS ALTERNATIVAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA ESFERA PÚBLICA	
Naiara Cristina Gonçalves Rocha Passos	
Andrea Ferraz Fernandez	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21021260513</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>156</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>157</b>

# CAPÍTULO 10

## USOS POLÍTICOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

Data de aceite: 24/05/2021

Data de submissão: 07/03/2021

**Júlia Bolognini Klassmann**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre - Rio Grande do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/2946317491409074>

**RESUMO:** O presente texto analisa os usos políticos da ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de Dilma Rousseff, buscando compreender como se dá a inserção político-institucional desta chefe de Estado - cuja trajetória política teve início na militância contra o regime em meados dos anos 1960 - na arena de disputas narrativas sobre o passado ditatorial. O argumento central da investigação explora ruptura narrativa identificada em seus discursos entre seu primeiro e segundo mandatos quando, de uma ótica de justiça de transição e dever de memória, Dilma passa a rememorar o terrorismo de Estado como para mobilizar setores da sociedade na defesa de sua permanência no cargo e, mais amplamente, da democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Usos políticos do passado; discurso político; ditadura civil-militar brasileira; Dilma Rousseff.

### POLITICAL USES OF THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN DILMA ROUSSEFF'S PRESIDENTIAL SPEECHES (2011-2016)

**ABSTRACT:** The present text analyzes the political uses of the Brazilian civil-military dictatorship in Dilma Rousseff's presidential speeches, seeking to understand how the political-institutional insertion of this head of state - whose political trajectory began with the militancy against the regime in the mid 1960s - takes place in the arena of narrative disputes concerning the dictatorial past. The central argument of the investigation explores the narrative rupture identified in her speeches between her first and second terms when, from a perspective of transitional justice and the *devoir of mémoire*, Dilma rememorate state terrorism as a way to mobilize sectors of society in defense of her presidential position and, more broadly, of democracy.

**KEYWORDS:** Political uses of the past; political discourse; Brazilian civil-military dictatorship; Dilma Rousseff.

A ditadura civil-militar brasileira pode ser considerada um passado que não passa, ou seja, um passado-presente: ainda que transcorridos mais de trinta anos da dissolução do regime ditatorial, o trauma e a não-elaboração do período de exceção acabam por rearticular as fronteiras temporais entre passado e presente, traduzindo-se nas dificuldades de desenvolvimento e aprofundamento do regime

democrático (BAUER, 2017). Neste sentido, toma-se o impeachment sem crime de responsabilidade da ex-presidenta Dilma Rousseff, no primeiro semestre de 2016, como demonstração significativa da fragilidade de nossas instituições democráticas.

Na ocasião de deposição da presidenta, novamente irromperam ao espaço público narrativas sobre a ditadura civil-militar. Levanta-se como exemplo o voto favorável ao impeachment do atual presidente Jair Bolsonaro, à época deputado federal pelo PSC (Partido Social Cristão), declarada homenagem “à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra” (OLIVEIRA, 2016), reconhecido torturador do regime. A recuperação apologética da memória de Ustra revela tensões sociopolíticas do presente sobre o passado, tornando-se essencial observar, como postula Mario Ruffer, quem mobiliza quais articulações do passado, e em favor de quais finalidades políticas (RUFER, 2010, p. 123).

A socióloga argentina Elizabeth Jelín remete tais articulações ao campo da linguagem, onde, segundo ela, observam-se “luchas por las representaciones del pasado, centradas en la lucha por el poder, por la legitimidad y el reconocimiento. Estas luchas implican, por parte de los diversos actores, estrategias para una (su) narrativa del pasado” (JELÍN, 2001, p. 36). As figuras presidenciais compõem parte destes atores, legitimando-se através de vínculos privilegiados com o passado e reorganizando percepções temporais de acordo com seus interesses presentes.

O presente texto procura analisar os usos políticos da ditadura civil-militar brasileira nos discursos presidenciais de Dilma Rousseff, compreendendo suas falas oficiais como tentativa de estabilização das latentes “batalhas de memória” através da institucionalização de uma narrativa única sobre o passado. Conceitos como *usos do passado*, *temporalidade* e *memória* se relacionam enquanto componentes carregados politicamente com forte impacto no tecido social; expressos através do discurso, em questão o político (ainda que todo discurso também o seja), considera-se que seu estudo permite alcançar uma compreensão mais aprofundada a respeito da cultura política-institucional no pós-ditadura, em especial quanto às posturas desta emblemática chefe de Estado no campo de disputas das representações sobre o passado.

Para tanto, são analisados oito discursos oficiais da presidenta<sup>1</sup> com menções diretas à ditadura civil-militar brasileira, nos quais é possível observar uma ruptura singular em suas narrativas elaboradas sobre o período de exceção entre seu primeiro e segundo mandatos. De 2011 a 2014, enquanto da instauração e dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e contando com maior estabilidade política, Dilma Rousseff rememorava o regime militar sob uma ótica da justiça de transição e do dever de memória. Todavia, nos anos finais de seu governo, em 2015 e 2016, já enfrentando uma agravante crise político-institucional, a presidenta passa a se referir a este passado com maior urgência, traçando paralelos com o presente de modo a engajar e mobilizar setores da sociedade na defesa de seu cargo.

---

<sup>1</sup> Todos os discursos utilizados para esta pesquisa encontram-se disponíveis em BIBLIOTECA. **Presidência da República**. Dilma Vana Rousseff. Disponível em <<https://bitly.com/NW7OR>>. Acesso em: 17 de abril de 2019.

## A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE DILMA ROUSSEFF

Dilma Vana Rousseff (Belo Horizonte, 1947) iniciou sua trajetória política ainda jovem, juntando-se ao grupo Polop (Organização Revolucionária Marxista Política Operária) como editora do jornal clandestino “O Piquete” no colegial. Em 1967 passa a compor o grupo guerrilheiro COLINA (Comando de Libertação Nacional), e, ainda que não haja evidências concretas da participação direta de Dilma em enfrentamentos armados, de acordo a lógica dos agentes repressores do Estado “a opção pelo engajamento em uma organização revolucionária já presumia o envolvimento com atividades armadas” (NASCIMENTO, 2019, p. 96).

Por esta razão, Dilma Rousseff foi detida pela polícia política em janeiro de 1970, sendo levada sem documentação ao DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) em São Paulo. Nessas dependências foi torturada durante várias sessões de interrogatórios até ser transferida para o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) um mês depois, onde finalmente sua detenção seria registrada de maneira legal. Ela seguiria presa por três anos, respondendo a processos também em Minas Gerais e Rio de Janeiro, e sofrendo constantemente as sevícias da tortura.

Originalmente, Rousseff havia sido condenada a seis anos de prisão, conseguindo reduzir sua pena junto ao Supremo Tribunal Militar, sendo libertada em 1972. Em seguida, estabeleceu-se em Porto Alegre, onde participou da fundação do PDT (Partido Democrático Trabalhista) e assumiu diversos cargos de gestão na cidade. Em 2001, acompanhou a dissidência pedetista em favor de se juntar ao PT (Partido dos Trabalhadores), compondo o governo Lula enquanto Ministra de Minas e Energia e, posteriormente, Ministra da Casa Civil.

Em 2009, foi apontada pelo congresso nacional do partido como a próxima candidata para a presidência da República, gerando preocupação quanto a forma de apresentar, numa plataforma eleitoral, uma candidata mulher cujo passado é associado à participação em grupos de guerrilha armada. Ainda que repetidas vezes Rousseff tenha afirmado orgulho de sua trajetória, incorporando-a em sua identidade pública, “tal imagem de si precisou ser cuidadosamente esculpida, em um trabalho envolvendo lembranças, esquecimentos e silêncios, à medida que sua candidatura à presidência se firmava” (SCHMIDT, 2011, p. 89).

Foi neste contexto de adequação das narrativas sobre seu passado militante frente às demandas do presente que Dilma se elegeu a primeira presidenta da República, assumindo a faixa presidencial no dia 1º de janeiro de 2011, durante cerimônia histórica ao lado de seu vice-presidente Michel Temer, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Seu governo contou com alta aprovação nos dois primeiros anos, até os massificados protestos conhecidos como as “jornadas de junho de 2013”. Na esteira deste movimento, as eleições de 2014 foram pautadas por um forte acirramento político, e

imediatamente após sua reeleição ela passa a sofrer intensa campanha político-midiática demandando sua deposição. Virtualmente impedida de governar por todo o ano de 2015 devido a embates com o poder legislativo, e enfrentando uma crise internacional pautada por forte recessão econômica, Rousseff se encontrou isolada politicamente.

Crescia a pressão popular para tirá-la do poder, eclodindo em grandes manifestações de rua de caráter heterogêneo que contam com a presença de diversos movimentos, organizados e autônomos, da chamada “nova direita”. O ex-presidente Lula passa a responder processos por desvio de dinheiro público e diversos líderes do PT são condenados e presos pela Operação Lava-Jato da Polícia Federal. Em maio de 2016 - dois anos e meio antes do término de seu segundo mandato por direito - Dilma Rousseff é afastada da presidência devido a aceitação de denúncia de crime de responsabilidade por parte de Eduardo Cunha (PMDB), então presidente da Câmara dos Deputados. Após votação e aprovação da medida, em agosto de 2016 o Senado Federal também julga procedente a denúncia, impondo à Dilma Rousseff a sanção de perda do cargo de presidenta da República.

## **MEMÓRIA, VERDADE E HISTÓRIA (2011-2014)**

Dilma Rousseff assume a presidência em 2011 apresentando uma narrativa sobre o passado ditatorial caracterizada, principalmente, pelo interlace entre as noções de memória, verdade e história<sup>2</sup>. De modo geral, advogou pelo direito à verdade e reparação através do conhecimento do passado, ao mesmo passo que fazia uso de práticas e oratórias conciliatórias, entendendo o período de transição como uma brusca ruptura entre ditadura e democracia - tudo que aquela fora, esta, por definição, não seria.

Em discurso de posse, em 2011, a presidenta se apresenta à população como uma mulher reconciliada com seu passado:

Quem, como eu e tantos outros da minha geração lutamos contra o arbítrio, a censura e a ditadura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia. [...] Queria dizer a vocês que eu dediquei toda a minha vida à causa do Brasil. [...] Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco não tenho ressentimento ou rancor.<sup>3</sup>

De imediato, observa-se que a fala remonta à chamada “lógica do consenso” (através da qual se deu o rompimento com o regime de exceção), a qual busca suscitar uma unanimidade narrativa entre as vontades políticas, “difundindo significações mais ou

2 Observa-se que em lugar do tradicional *slogan* das campanhas políticas do Cone Sul a defender “memória, verdade e justiça”, a Comissão Nacional da Verdade, como fica registrado nos discursos de Dilma, cuidadosamente substituiu a palavra “justiça” por “história”. Trata-se da manutenção de um pacto de governabilidade de respeitar os limites impostos pela Lei de Anistia, evitando antagonizar os setores das Forças Armadas.

3 BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/ivyGMI>. Acesso em: 17 abr. 2019.

menos homogêneas dos anos de repressão” (TELES, 2009, p. 1). Assim, Dilma rechaça os “ressentimentos” e estabelece relação antagônica entre o passado (arbitrário e censor) e o presente (plenamente democrático).

Também em 2011, durante cerimônia alusiva ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, Dilma atesta seu compromisso com o dever de memória num primeiro momento de modo ainda bastante tímido, referindo-se não especificamente ao Holocausto ou a ditadura civil-militar brasileira, mas aquilo que denomina “barbáries” do passado: “a memória é uma arma humana para impedir a repetição da barbárie, isso que é a memória. Por isso, hoje e sempre, aqui e em todos os lugares, é nosso dever lembrar”<sup>4</sup>, afirma. Prossegue: “nós temos de lembrar sempre, para impedir que aqueles que não são objetos da barbárie se silenciem e pratiquem a grande arma humana diante desses momentos, que é a solidariedade e a coragem de se manifestar contra essas práticas”<sup>5</sup>.

Nesse sentido, Dilma demonstra estar em conformidade com a transformação nas culturas memoriais do pós-Segunda Guerra, segundo as quais já não é aceitável somente perdoar e esquecer, sendo necessário trabalhar a memória das catástrofes históricas. Bauer ressalta ainda que tal relação com a memória apresenta a função paradoxal de “rever o passado, ao mesmo tempo em que se decreta sua superação” (2017, p. 180). Esta última questão fica evidente em outro trecho do mesmo discurso:

Eu queria dizer que no Brasil o dever da memória é algo indissociável do dever de festejar a vida, porque nós somos, eminentemente, um povo que encara como sendo um momento muito especial da vida entender, compreender e sobretudo saber que é importante, para evitar que se repita, lembrar sempre, afirmar sempre que nós rejeitamos a barbárie.<sup>6</sup>

Todavia, num quadro mais amplo a presidenta demonstra uma noção amadurecida acerca do papel do Estado na gestão do passado traumático, visando a promoção da cidadania e do aprofundamento democrático. Em ocasião da cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos de 2011, ela reconhece as deficiências na democracia, e mostra-se ciente da necessidade de se empregarem medidas materiais para solucionar estas questões.

A outra questão dos direitos humanos importante para o nosso país é a questão democrática, e a questão democrática é, de fato, a consciência que nós devemos ter de que todos os regimes de arbítrio e de exceção também provocam efeitos duradouros sobre a sociedade, efeitos distorcidos. Além das vítimas dos processos ditatoriais, como nós conhecemos aqui no Brasil, também deixam marcas muito fortes em atitudes arbitrárias e ditatoriais, inclusive do poder público, em relação à sociedade.<sup>7</sup>

---

4 BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia alusiva ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto*. Porto Alegre, 27 jan. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/tELSY>. Acesso em: 17 abr. 2019.

5 Idem.

6 Idem.

7 BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2011*. Brasília, 09 dez. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/acvX2>. Acesso em: 17 abr. 2019.

Ao reconhecer a presença dos danos imputados pelo regime de terrorismo de Estado no presente, a presidenta parece atentar ao alerta de Bauer (2017, p. 130):

se a sociedade não reconhece a realidade do dano e a necessidade de repará-lo, este se manterá reduzido ao espaço privado da vítima ou da família afetada, o que somente aprofunda a traumatização. A marginalização social e política das vítimas é o resultado dessa negação, o que define a sociedade em seu conjunto como uma sociedade prejudicada, que faz parte do processo traumático.

A instauração da Comissão Nacional da Verdade vai ao encontro desta realização. O discurso de Rousseff em razão da cerimônia de seu lançamento, no ano de 2012, chama pela memória, verdade e história visando o fortalecimento futuro do regime democrático. Na ocasião, a presidenta afirmou:

A palavra verdade, na tradição grega ocidental, é exatamente o contrário da palavra esquecimento. [...] Ela é só e, sobretudo, o contrário do esquecimento. É memória e é história. É a capacidade humana de contar o que aconteceu [...] A ignorância sobre a história não pacifica, pelo contrário, mantém latentes mágoas e rancores. A desinformação não ajuda apaziguar, apenas facilita o trânsito da intolerância. A sombra e a mentira não são capazes de promover a concórdia. O Brasil merece a verdade. sobretudo, merecem a verdade aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia.<sup>8</sup>

O reconhecimento, por parte da representação máxima das instituições republicanas, da prejudicialidade do esquecimento sobre o passado ditatorial (especialmente num contexto de desmemória forçada e silêncios impostos como no caso brasileiro) estabelece um novo marco na gestão narrativa do passado para o Brasil.

“É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz”<sup>9</sup>, prossegue ela, na mesma ocasião. Dilma também imputa à história um caráter de *phármakon*, como a capacidade de solucionar males imediatamente uma vez conhecido o passado, esperando desta que seja objetiva e moral, servindo como instrumento de reconciliação mas também de responsabilização (FRANCO; LEVIN, 2007, p. 181).

Mais uma vez, ainda que veemente na evocação da memória e da verdade histórica como medidas reparatórias sobre o passado, Rousseff necessita buscar uma estabilidade de ânimos no espaço público, e para tanto, procura conciliar as diferentes memórias em disputa. Por exemplo, atestando que “assim como respeito e reverencio os que lutaram pela democracia enfrentando bravamente a truculência ilegal do Estado (...), também reconheço e valorizo pactos políticos que nos levaram à redemocratização”<sup>10</sup>.

Essas afirmações reforçam seu compromisso de adesão aos acordos conciliatórios,

8 BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade*. Brasília, 16 mai. 2012. Disponível em: <encurtador.com.br/dhuAP>. Acesso em: 17 abr. 2019.

9 Idem.

10 Idem.

evidenciando os limites políticos e jurídicos da CNV, e irrompendo mais uma vez na amnésia do silêncio final (PADRÓS, 1999) da Lei da Anistia, a impedir qualquer punição retroativa aos crimes cometidos durante a ditadura. Entretanto, ressalta-se que a ideologia da reconciliação é anterior e posterior ao seu governo, configurando uma característica da cultura política brasileira pós-transição, e, portanto, não se tratando de uma particularidade dos usos do passado por parte de sua administração.

### “NOVA LEGALIDADE” (2015-2016)

Para Hartog e Revel, em seu pioneiro livro “Les usages politiques du passé” (2001), o emprego de narrativas históricas mobilizando discursos de origem, fundação ou ruptura, sempre evocam um passado cujo uso é demandado pelo presente. Isto é especialmente notável nos discursos presidenciais de Dilma quando se atinge o marco de 2015, adotando estes um tom mais incisivo e até mesmo de afronta aos adversários políticos, cessando preocupações em buscar um meio termo conciliatório nas narrativas sobre o passado.

Diferentemente do teor ameno e de conciliação que permeava seu primeiro discurso de posse em 2011, quatro anos mais tarde Dilma é mais veemente em reafirmar seu compromisso constitucional; declara ela: “já estive algumas vezes um pouco perto da morte e destas situações sai uma pessoa melhor e mais forte. [...] Este processo jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático e a vontade de lutar e de construir este país cada vez melhor”<sup>11</sup>.

Já no ano seguinte, em 2016, ao participar de um encontro com juristas, Dilma demonstra pesar ao traçar paralelos entre passado e presente.

Eu queria, aqui, registrar o imenso respeito e admiração que eu tenho por Leonel Brizola, protagonista de inúmeras passagens decisivas na nossa história, em especial a luta e a campanha pela legalidade. Eu jamais imaginei que voltaríamos a viver um momento em que se fizesse necessário mobilizar a sociedade em torno de uma nova campanha da legalidade, como estamos fazendo hoje, neste encontro.<sup>12</sup>

É evidente como rememoração do passado ditatorial responde às condições de emergência de suas demandas políticas; apropriando-se do legado de Brizola, apresenta-se como responsável pela mobilização da população em nome da democracia, e denomina a mobilização da sociedade pela defesa de seu cargo como uma “nova campanha da Legalidade”. A presidenta afirma também:

pode-se descrever um golpe de Estado com muitos nomes, mas ele sempre será o que é: a ruptura da legalidade, atentado à democracia. Não importa

11 BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional*. Brasília, 01 jan. 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/gjQZ1>. Acesso em: 17 abr. 2019.

12 BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia*. Brasília, 22 mar. 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/CDMPZ>. Acesso em: 17 abr. 2019.

se a arma do golpe é um fuzil, uma vingança ou a vontade política de alguns de chegar mais rápido ao poder. Esse tipo de sinônimo, esse tipo de uso inadequado de palavras é o mesmo que usavam contra nós na época da ditadura para dizer que não existia preso político, não existiam presos políticos no Brasil, quando a gente vivia dentro das cadeias espalhadas por esse País afora. Negar a realidade não me surpreende, por isso, o nome é um só: é golpe.<sup>13</sup>

Aqui, evidencia-se que o mecanismo de interpelação utilizado pela presidenta - seu vocabulário, seu tom de voz - é mais incisivo do que de costume. Novamente, não se trata mais de uma tentativa de conciliação entre todas as parcelas da sociedade, mas de um apelo pela mobilização de setores específicos que se identifiquem com seu discurso para que se organizem na defesa de seu mandato.

Dessa forma - e em oposição ao que seus discursos apontavam entre 2011 e 2014 -, para Dilma a ameaça à democracia passa a transcender as mais de cinco décadas a separar cronologicamente o golpe civil-militar de 1964 de seu processo de impeachment sem crime de responsabilidade, aproximando-os como as faces de um espelho. Da mesma maneira que se considera vítima de uma injustiça jurídica no presente, disfarçada de procedimento legal e democrático, a presidenta relembra sua prisão arbitrária no período de exceção, quando o reconhecimento de sua realidade e seu sofrimento lhe eram igualmente negados.

Encontro semelhante, porém desta vez com artistas e intelectuais em defesa da democracia, tomou lugar no dia 31 de março de 2016, aniversário de cinquenta e dois anos do golpe que iniciou a ditadura. A este respeito, rememora Dilma:

há 52 anos atrás, nesse exato dia - hoje de manhã, inclusive, eu estava tentando me lembrar aonde eu estava -; nesse exato dia um golpe militar deu início a uma fase da nossa história marcada pelo arbítrio, pelo desrespeito a direitos humanos, a direitos individuais e, durante um período significativo, nós nos dedicamos a uma luta que abrangeu um período longo da nossa história recente. Nós sofremos as consequências dessa luta; muitos dos que se insurgiram foram presos, outros foram torturados, outros foram obrigados a deixar o nosso País, outros, inclusive, foram mortos.<sup>14</sup>

Em primeiro lugar, ressalta-se a significância da data - reparada por Dilma, tentando fazer sentido de onde se encontrava “nesse exato dia” tantos anos antes. Afinal, o 31 de março no Brasil é uma efeméride comemorativa, momento de interrogar sentidos e (re) construir memórias do passado, quando diversos atores do cenário nacional disputam o controle da narrativa estabelecida sobre os acontecimentos originais (JELÍN, 2009, p. 123).

Assim, Rousseff relembra e compartilha com seus interlocutores sua vivência dolorosa da militância, que teve início senão neste dia, ainda neste ano e, imediatamente, as sevícias sofridas por ela e seus companheiros. Esta memória, todavia, não se resume

---

13 Idem.

14 BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia*. Brasília, 31 mar. 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/agoO2>. Acesso em: 17 abr. 2019.

a uma homenagem, e tampouco demonstra um caráter de busca por reparação: neste contexto em que, para Dilma, a democracia se encontrava em risco outra vez, a memória é reativada como um alerta a respeito das graves consequências de um novo golpe.

O tom apelativo da presidenta identificado até o momento é ainda intensificado quando ela se dirige diretamente aos articuladores políticos de sua deposição, muitos dos quais, assim como ela, combateram a ditadura civil-militar à época. No mesmo discurso, alerta:

Nos cabe lembrar aos golpistas por ação e omissão que derrubar um governo eleito é um atentado à democracia. Muitos dos arautos da atual tentativa de golpe foram perseguidos, cassados e proscritos pelo golpe de 1964. Por isso, não os deixaremos esquecer que desrespeitar as regras democráticas é um risco que pode nos lançar em mais instabilidade, em mais incerteza e em atropelo aos direitos individuais<sup>15</sup>.

Entretanto, seu aviso não surtiu o efeito desejado, e rememorar a história não foi suficiente para reverter seu curso. Em declaração à imprensa, no dia 12 de maio de 2016 - seu último pronunciamento como presidenta da República -, Rousseff faz uma retomada de sua trajetória político-pessoal que culminaria neste momento:

O destino sempre me reservou muitos desafios, muitos e grandes desafios. Alguns pareciam intransponíveis, mas eu consegui vencê-los. Eu já sofri a dor indizível da tortura; a dor aflitiva da doença; e agora eu sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça. O que mais dói, nesse momento, é a injustiça. O que mais dói é perceber que estou sendo vítima de uma farsa jurídica e política<sup>16</sup>.

Em sua última manifestação oficial, Dilma opta por rearticular sua própria história em torno de três experiências: a dor da tortura, no passado mais distante da ditadura civil-militar, a dor da doença, no passado recente enquanto ministra da Casa Civil, quando sofreu de um câncer, e a dor da injustiça, da qual seria vítima no presente, ao ser afastada de seu cargo sem o entendimento de haver cometido crime de responsabilidade. E encerra sua fala com a seguinte declaração: “a luta pela democracia não tem data para terminar: é luta permanente, que exige de nós dedicação constante”<sup>17</sup>, dando a entender que passado e presente, ao menos neste momento na disputa política, são caracterizados mais pela continuidade do que pela ruptura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os discursos presidenciais de Dilma Rousseff sobre a ditadura civil-militar brasileira dialogam com as conjunturas de emergência de seu governo; em seu primeiro mandato, Dilma reiterou continuamente a necessidade de reparação para

15 Idem.

16 BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). *Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff*. Brasília, 12 mai. 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/rP124>. Acesso em: 17 abr. 2019.

17 Idem.

o fortalecimento da democracia a partir da interrelação entre os conceitos de memória, verdade e história. Já em seu segundo mandato, de grande turbulência desde o início de suas atividades, marcou uma virada significativa em suas manifestações oficiais sobre o regime militar, sendo o passado instrumentalizado na busca por apoio político e visando sua sustentação no cargo.

De modo geral, embora tenha emplacado políticas de memória e reconhecido a responsabilidade estatal sobre os crimes de lesa humanidade cometidos no período de exceção, Dilma manteve-se fiel à ideologia da reconciliação, rechaçando ressentimentos e mantendo-se dentro dos limites jurídicos previamente estabelecidos pela Lei da Anistia. Suas manifestações oficiais finais passam a considerar um tempo múltiplo, ordenado pelas relações da memória frente às turbulências do mundo da política.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional**. Brasília, 01 jan. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/ivyGMI>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia alusiva ao Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto**. Porto Alegre, 27 jan. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/tELSY>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2011**. Brasília, 09 dez. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/acvX2>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade**. Brasília, 16 mai. 2012. Disponível em: <encurtador.com.br/dhuAP>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional**. Brasília, 01 jan. 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/gjQZ1>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia**. Brasília, 22 mar. 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/CDMPZ>. Acesso em: 17 abr. 2019

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia**. Brasília, 31 mar. 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/agoO2>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Presidenta (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff**. Brasília, 12 mai. 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/rP124>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?: história, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade**. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires, Paidós, 2007.

JELIN, Elizabeth. ¿Quiénes? ¿Cuándo? ¿Para qué? Actores y escenarios de las memorias. In: VINYES, Ricard (ed.). **El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia**. Barcelona: RBA, 2009.

JELÍN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. España: Siglo Veintiuno, 2001.

NASCIMENTO, Juliana Marques. **Guerrilheiras e biografias: a imagem da mulher militante nos ciclos de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira**. Niterói, UFF. Dissertação (mestrado em História). Niterói, 2019.

OLIVEIRA, André de. **Elogio à tortura, dupla moral e enrolados na Justiça em nove votos na Câmara**. El País. São Paulo, 20 de Abril de 2016. Disponível em <<https://bitly.com/qKkiP>>. Acesso em: 03 de maio de 2019.

RUFER, Mario. Memoria sin garantías: usos del pasado y política del presente. In: **Anuario de investigación**. UAM-X, México. 2010.

SCHMIDT, Benito Bissi. “É da época e deu”: usos do passado nas narrativas sobre a participação de Dilma Rousseff na luta contra a ditadura civil-militar no Brasil. In: **Perseu**. História, memória e política, n. 7. 2011.

TELES, Edson. Políticas do silêncio: a memória no Brasil pós-ditadura. In: **Anais XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association**. 2009.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Arte 57, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 82, 87, 93, 154

### C

Campesinato brasileiro 68, 70, 72, 73, 74, 77, 78, 79

Classe camponesa 68, 76, 77

### D

Desenho urbano 1

Discurso político 27, 32, 108

Ditadura civil-militar brasileira 108, 109, 112, 116, 118

### E

Educação 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 34, 36, 38, 41, 42, 43, 45, 52, 53, 56, 81, 84, 86, 92, 119, 120, 123, 125, 126, 127, 156

Educandário 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Ensino de História 34, 35, 40, 42, 45, 46, 53, 55, 56, 156

Escravidados 34, 37, 39, 40

Esfera pública 147, 148, 149, 152, 155

### H

Hanseníase 11, 12, 21

história 11, 19, 21, 22, 28, 33, 35, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 58, 60, 68, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 93, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 129

História 11, 12, 21, 22, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 66, 77, 80, 85, 93, 94, 95, 97, 98, 118, 122, 127, 128, 147, 155, 156

HISTÓRIA 34, 45, 52, 111

História africana e afro brasileira 34

História da Filosofia 95

História do Direito 95

História Ibérica 95

História Pública 45, 47, 48, 56

### I

Indigenismo 57, 58, 60, 61, 66

## **M**

Memórias sociais 119

Mídias alternativas 147, 148, 150, 151, 152, 153

Mulheres 14, 16, 18, 25, 35, 38, 39, 41, 42, 62, 63, 81, 87, 89, 90, 92, 121, 127, 132, 142, 154

Múmias 128, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

## **P**

Paisagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 74

Positivismo 80, 81, 82, 84, 93, 94

Práticas religiosas 128

## **R**

Raízes históricas 68

Relações raciais 34, 35, 39, 42

Republicanismo 80, 81

Rituais fúnebres 128

## **S**

Sensibilidades 48, 156

## **T**

Terecô 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32

Trabalhadores 35, 74, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 110, 149

Trajetória profissional 119, 124

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes  
(Organizadora)

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 @atenaeditora  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes  
(Organizadora)